

JANRIÊ RODRIGUES RECK

Prefácio

Caroline Müller Bitencourt

Apresentação

Emerson Gabardo

O DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

**REGIME JURÍDICO, AGENDAMENTO,
FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO,
AVALIAÇÃO, JUDICIALIZAÇÃO E
CRITÉRIOS DE JUSTIÇA**

Área específica da obra

Direito Administrativo

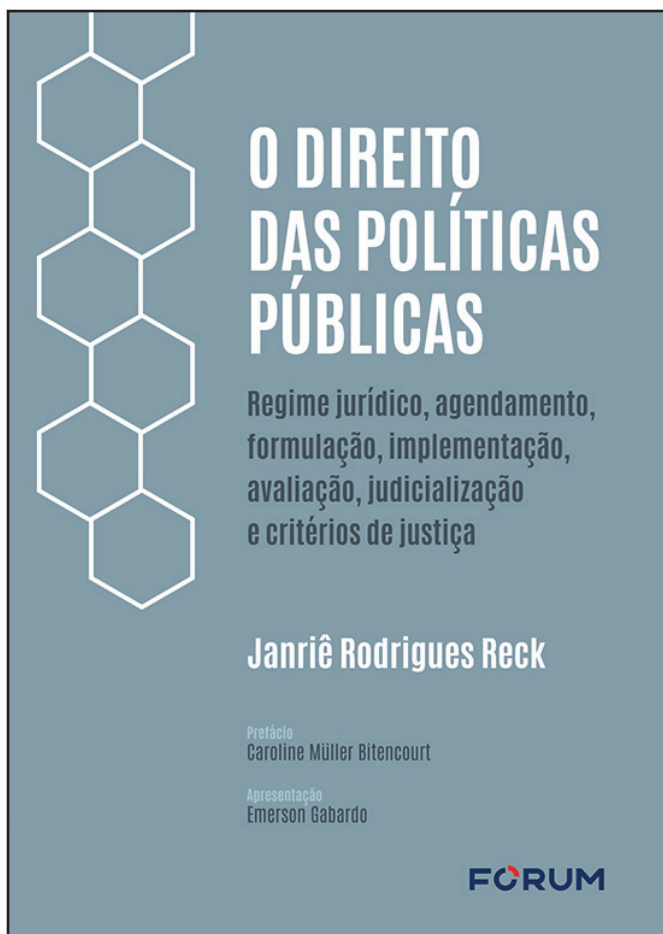
Áreas afins do livro

Direito Público. Direito Administrativo. Direito Constitucional. Gestão Pública

Palavras-chave

Políticas Públicas – Constituição Federal – Direito Constitucional – Direito Administrativo – Gestão Pública – Governança – Gestão administrativa – Justiça – Teorias da Justiça – Agendamento de Políticas Públicas – Formulação de Políticas Públicas – Implementação de Políticas Públicas – Avaliação de Políticas Públicas – Monitoramento de Políticas Públicas – Judicialização das Políticas Públicas – Controle das Políticas Públicas – Direitos Fundamentais – Desenho das Políticas Públicas – Arquitetura das Políticas Públicas – Atores das Políticas Públicas – Políticas Públicas Setoriais – Políticas Públicas Sociais – Serviços Públicos – Fomento – Poder de Polícia – Planejamento – Orçamentos – Regulação – Administração Pública – Administração Federal – Administração Estadual – Administração Municipal – Governo – Governo Digital – Estado – Direito – Ciência Política.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10002858



A presente obra trata do Direito das políticas públicas. Ela se propõe a analisar o regramento constitucional e administrativo das diversas fases e dimensões da política pública, a saber, seu agendamento, formulação, implementação, avaliação e judicialização, fases essas recentemente positivadas no texto constitucional. Enquanto as obras atualmente disponíveis no meio jurídico fixam seus esforços na judicialização das políticas públicas, este trabalho apresenta de forma completa o Direito das políticas públicas em todo o seu ciclo, incluindo reflexões sobre a forma de conhecer as políticas públicas, assim como critérios de Justiça para a crítica do seu regime jurídico. Por outro lado, as reflexões advindas da Ciência Política não focam nos aspectos jurídicos das políticas públicas, aspectos esses que são foco do estudo. Assim, o texto aqui oferecido completa esta lacuna nos meios científicos, oferecendo ao operador jurídico ferramentas para a interpretação do Direito das políticas públicas, assim como elementos de reflexão para os alunos de pós-graduação e, finalmente, instrumentos de entendimento para o aluno da graduação.

R298d Reck, Janriê Rodrigues

O direito das políticas públicas: regime jurídico, agendamento, formulação, implementação, avaliação, judicialização e critérios de justiça / Janriê Rodrigues Reck. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

306 p. 14,5x21,5 cm
ISBN 978-65-5518-538-6

1. Políticas públicas. 2. Constituição Federal. 3. Direito constitucional. 4. Direito administrativo. 5. Gestão pública. I. Título.

CDD: 342
CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RECK, Janriê Rodrigues. *O direito das políticas públicas: regime jurídico, agendamento, formulação, implementação, avaliação, judicialização e critérios de justiça*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 306 p. ISBN 978-65-5518-538-6.

Janriê Rodrigues Reck

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul. Professor do Centro de Ensino Integrado de Santa Cruz do Sul. Membro da Advocacia-Geral da União. Procurador Federal.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Caroline Müller Bitencourt	9
-----------------------------------------	---

APRESENTAÇÃO

Emerson Gabardo	13
------------------------------	----

INTRODUÇÃO

O autor	17
----------------------	----

CAPÍTULO 1

DIREITO E POLÍTICA PÚBLICA: UMA UNIÃO INSEPARÁVEL	21
----------------------------------------------------------------	----

1.1	O que é política pública e sua Teoria Geral	28
1.2	Ciclo das políticas públicas e Direito	36
1.3	Epistemologia jurídica das políticas jurídicas ou: como conhecer o Direito das políticas públicas e suas fontes.....	44
1.4	Noções gerais sobre o regime jurídico das políticas públicas presente na Constituição Federal.....	52
1.5	Elementos e instrumentos das políticas públicas: uma introdução.....	57
1.6	Política pública como realização de Direitos fundamentais	68
1.7	Dependência entre política pública, planejamento e Direito.....	72

CAPÍTULO 2

A FORMAÇÃO DA AGENDA E SEUS LIMITES E POSSIBILIDADES JURÍDICOS	77
-----------------------------------------------------------------------------	----

2.1	Problemas políticos são problemas jurídicos	77
2.2	Limites, condicionantes e possibilidades para o agendamento	81
2.3	Uma agenda só pode existir em uma esfera pública protegida juridicamente e discursivamente mediada	86
2.4	A necessária relação entre agenda e planejamento das políticas públicas	97

CAPÍTULO 3

A TOMADA DE DECISÃO/FORMULAÇÃO JURÍDICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DETALHAMENTO NECESSÁRIO	99
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

3.1	O que é formular políticas públicas.....	99
3.2	Formulando os modelos organizacionais das políticas públicas	106
3.3	Formulação do modelo decisório das políticas públicas: introdução e relação com o planejamento enquanto elemento das políticas públicas.....	124
3.4	Modelos decisórios e Instrumentos das políticas públicas	136
3.5	Planejamento como instrumento de política pública.....	154
3.6	Políticas públicas condicionadas a um comportamento	159
3.7	Unidade entre modelos decisórios e arquitetura computacional	161

CAPÍTULO 4

IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DO DIREITO	165
-----------------------------------------------------------------------	-----

4.1	Modelos organizacionais e decisórios e a implementação de políticas públicas: uma questão de fluxo de decisões	165
4.2	Condições necessárias para a implementação de políticas públicas	168
4.3	Efetividade das políticas públicas.....	172

CAPÍTULO 5

AValiação e MONITORAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	177
---------------------------------------------------------------	-----

5.1	Noção geral do sentido jurídico de monitoramento e avaliação.....	177
5.2	Dimensões e critérios de avaliação ou modelo decisório de avaliação de políticas públicas	181
5.3	Modelos organizacionais e decisórios da avaliação e do monitoramento	185

CAPÍTULO 6

ATORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU REGIME JURÍDICO.....	191
6.1 Atores no agendamento das políticas públicas.....	191
6.2 Atores na formulação das políticas públicas.....	197
6.3 Atores na implementação das políticas públicas.....	202
6.4 Atores na avaliação das políticas públicas.....	211

CAPÍTULO 7

JUSTIÇA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	217
7.1 Critérios gerais de Justiça aplicáveis às políticas públicas.....	217
7.2 Políticas públicas: elementos de justificação para um Direito <i>justo</i>	222
7.3 As diferentes dimensões de Justiça nas políticas públicas.....	235

CAPÍTULO 8

REGIME JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ENUMERAÇÃO.....	241
8.1 Regime jurídico das políticas públicas: um resumo.....	241
8.2 Regime jurídico geral das políticas públicas.....	246
8.3 Regime jurídico dos modelos organizacionais das políticas públicas.....	247
8.4 Regime jurídico dos modelos decisórios das políticas públicas.....	249
8.5 Regime jurídico da avaliação de políticas públicas.....	253

CAPÍTULO 9

DE VOLTA À JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	255
9.1 (Re)Conceituando a judicialização das políticas públicas.....	255
9.2 Judicialização do agendamento das políticas públicas.....	259
9.3 Judicialização da formulação das políticas públicas.....	261
9.4 Judicialização da implementação das políticas públicas.....	278
9.5 Judicialização da avaliação das políticas públicas.....	287
9.6 Linhas conclusivas.....	290

REFERÊNCIAS.....	297
------------------	-----